

O DESENHO LIVRE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A EXPRESSÃO DA CRIANÇA, A MEDIAÇÃO DOCENTE E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Priscila Alves de Souza Medeiros

Resumo

O desenho livre constitui uma importante forma de expressão da infância, permitindo que a criança comunique ideias, sentimentos, experiências e compreensões sobre o mundo. Além de favorecer a criatividade e a imaginação, essa linguagem contribui para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor. No entanto, ainda são frequentes, na Educação Infantil, práticas baseadas na reprodução de modelos e em atividades padronizadas, que limitam a autoria e a expressão infantil. Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo compreender a importância do desenho livre para o desenvolvimento da criança e refletir sobre o papel do professor como mediador das experiências artísticas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores como Vygotsky, Piaget, Wallon, Lowenfeld, Luquet, Ana Mae Barbosa, Paulo Freire, Nóvoa e Malaguzzi, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Os resultados evidenciam que o desenho livre favorece aprendizagens significativas, fortalece a autonomia e amplia as possibilidades de expressão infantil, desde que integrado ao planejamento pedagógico e mediado por práticas que valorizem a criatividade e o protagonismo da criança. Conclui-se que a efetivação dessa proposta depende da formação continuada dos professores e da compreensão da arte como linguagem, direito e experiência essencial na Educação Infantil.

Palavras-chave: Desenho livre. Educação Infantil. Desenvolvimento infantil. Criatividade. Mediação pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil compreende a primeira etapa da Educação Básica e possui papel fundamental na promoção do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Nessa etapa, brincar, imaginar, explorar, criar e expressar-se constituem direitos fundamentais da infância e devem orientar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições educativas. Entre as diferentes linguagens utilizadas pelas crianças para compreender e comunicar suas experiências, o desenho livre destaca-se como uma das formas mais significativas de expressão infantil.

Desde a primeira infância, antes mesmo da aquisição da escrita convencional, as crianças utilizam traços, formas, cores e símbolos para representar pensamentos, sentimentos, desejos e percepções sobre o ambiente em que vivem. O desenho, portanto, não deve ser compreendido apenas como uma produção estética ou artística, mas como uma linguagem capaz de revelar aspectos importantes do desenvolvimento infantil e da maneira como a criança interpreta a realidade.

À luz dos estudos de Vygotsky (2007, p. 107), "o desenho é uma forma de linguagem gráfica que surge tendo por base a linguagem verbal". Essa afirmação evidencia que as produções gráficas infantis constituem formas legítimas de comunicação e de elaboração do pensamento, possibilitando que a criança organize suas experiências e atribua significados às situações vivenciadas.

Nesse contexto, o desenho livre favorece o desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da autonomia, da coordenação motora e da capacidade de representação simbólica. Além disso, constitui um importante instrumento para que professores compreendam o universo infantil, respeitando as singularidades de cada criança e valorizando seus processos de aprendizagem.

Contudo, apesar dos avanços nas pesquisas sobre a infância e sobre as linguagens infantis, ainda é comum encontrar práticas pedagógicas marcadas pela utilização de desenhos prontos, atividades mimeografadas, fichas para colorir e reprodução de modelos. Essas práticas reduzem o desenho à execução de tarefas mecânicas, limitando a criatividade, a autoria e a liberdade de expressão das crianças.

De acordo com Ana Mae Barbosa (2012), o ensino da arte não pode restringir-se à repetição de modelos ou à reprodução técnica, pois sua principal finalidade consiste em promover experiências que possibilitem a construção do pensamento crítico, da sensibilidade estética e da criatividade. A autora destaca que a criança aprende arte fazendo arte, experimentando diferentes materiais, técnicas e possibilidades de criação.

Para reforçar sua importância, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma essa compreensão ao estabelecer que a Educação Infantil deve assegurar experiências que favoreçam diferentes formas de expressão por meio das múltiplas linguagens, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. O documento normativo enfatiza que as práticas pedagógicas precisam promover situações nas quais as crianças possam criar, imaginar, comunicar-se e participar ativamente da construção do conhecimento (BRASIL, 2018).

Nessa premissa, o desenho livre deixa de ser entendido como atividade complementar e passa a constituir elemento estruturante do trabalho pedagógico na Educação Infantil, integrando os campos de experiências propostos pela BNCC e favorecendo aprendizagens significativas.

Mediante a essas considerações, este artigo tem como objetivo principal compreender a importância do desenho livre para o desenvolvimento e a expressão das crianças na Educação Infantil; refletir sobre o papel do professor na mediação de experiências significativas com essa linguagem; e discutir práticas pedagógicas que valorizem a criatividade, a imaginação e a autoria infantil, contribuindo para a construção de uma educação mais humanizadora, participativa e comprometida com os direitos das crianças.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O desenho livre como linguagem da infância

O desenho acompanha a criança desde os primeiros anos de vida, constituindo uma das primeiras formas de representação do pensamento antes da consolidação da linguagem escrita. Por meio de traços, formas e cores, a criança comunica sentimentos, organiza ideias, expressa emoções e registra suas experiências. Assim, o desenho livre ultrapassa a dimensão artística, configurando-se como uma importante linguagem da infância e um meio de expressão do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural.

Ao desenhar espontaneamente, a criança interpreta o mundo a partir de suas vivências, atribuindo significados às pessoas, aos objetos e às relações que estabelece. Diferentemente das atividades padronizadas, o desenho livre respeita a singularidade infantil, favorecendo a criatividade, a autonomia e a expressão pessoal.

Para Vygotsky, o desenho integra o processo de constituição do pensamento simbólico. Segundo o autor, "o desenho é uma linguagem gráfica que nasce tendo por base a linguagem verbal" (Vygotsky, 2007, p. 136), evidenciando que a representação gráfica constitui um instrumento de organização do pensamento e ampliação da capacidade de simbolização.

Ao abordar a imaginação infantil, Vygotsky (2009, p. 23) afirma que,

"Quanto mais rica for a experiência da criança, tanto maior será o material disponível para sua imaginação. A atividade criadora da imaginação depende diretamente da variedade e da riqueza das experiências anteriormente vividas." (Vygotsky (2009, p. 23).

Essa perspectiva evidencia que a criatividade é construída nas interações sociais e culturais, cabendo à escola ampliar as experiências das crianças por meio de diferentes linguagens, materiais e vivências.

Na perspectiva de Piaget, o desenho acompanha o desenvolvimento das estruturas cognitivas, situando-se entre o jogo simbólico e a imagem mental. Para Piaget e Inhelder

(1993), trata-se de uma importante forma de representação do pensamento, envolvendo memória, percepção, imaginação e simbolização. Conforme destaca Piaget (1993, p. 59), "o desenho é uma forma de função semiótica, pois permite à criança representar objetos ausentes por meio de imagens produzidas por ela mesma."

Henri Wallon amplia essa compreensão ao destacar a relação entre emoção, movimento e cognição. Para o autor, o desenho também expressa sentimentos, desejos e experiências afetivas, constituindo um importante instrumento de escuta pedagógica que auxilia o professor na compreensão das necessidades e interesses das crianças.

Entre os estudiosos da arte infantil, Lowenfeld e Brittain (1977) defendem que o desenvolvimento gráfico ocorre em etapas e deve ser respeitado, sem imposição de modelos prontos. Segundo os autores, "quando a criança recebe modelos para copiar ou desenhos prontos para reproduzir, deixa de explorar suas próprias ideias e reduz significativamente suas possibilidades de criação" (Lowenfeld; Brittain, 1977, p. 34).

Na mesma direção, Luquet (1969) afirma que a criança desenha aquilo que sabe sobre o objeto, e não apenas aquilo que vê. Dessa forma, suas produções refletem formas próprias de compreender a realidade e não devem ser avaliadas por critérios de perfeição estética.

No contexto brasileiro, Ana Mae Barbosa (2012) defende a arte como linguagem e direito da criança, criticando práticas baseadas na reprodução de modelos. Para a autora, "a arte na escola deve promover experiências de criação, reflexão e apreciação, possibilitando que o aluno desenvolva sua sensibilidade, sua criatividade e sua compreensão do mundo" (Barbosa, 2012, p. 21).

Essa concepção está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e com a BNCC, que reconhecem as múltiplas linguagens como elementos estruturantes das práticas pedagógicas. Nesse contexto, o desenho livre deve ser compreendido como uma experiência cotidiana que favorece a expressão, a criatividade, a autonomia e o protagonismo infantil, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança.

2.2 O papel do professor na mediação das experiências com o desenho livre

O reconhecimento do desenho livre como linguagem da infância exige uma nova compreensão sobre o papel do professor na Educação Infantil. Mais do que transmitir conhecimentos ou propor atividades padronizadas, cabe ao educador atuar como mediador das

aprendizagens, criando condições para que a criança desenvolva sua criatividade, autonomia e protagonismo.

Na perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais, sendo o professor responsável por organizar experiências que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural. Nesse sentido, Vygotsky (2007, p. 97) afirma: "aquilo que a criança consegue fazer hoje com a ajuda de um adulto será capaz de fazer sozinha amanhã."

Essa afirmação fundamenta o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), segundo o qual a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. No contexto do desenho livre, a mediação docente consiste em oferecer estímulos, ampliar repertórios culturais, disponibilizar diferentes materiais e incentivar a experimentação, sem impor modelos ou técnicas padronizadas.

Dessa forma, o professor deve respeitar o processo criativo infantil, evitando correções que limitem a expressão da criança ou a induzam à reprodução de padrões estéticos. O desenho deve ser compreendido como uma forma de comunicação e não como uma atividade voltada à obtenção de um resultado considerado "correto". Essa perspectiva aproxima-se das concepções de Freire (1996), para quem ensinar significa criar condições para que o conhecimento seja construído. Conforme afirma o autor: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (Freire, 1996, p. 47).

Assim, cabe ao professor promover situações em que as crianças possam explorar materiais, experimentar diferentes possibilidades gráficas e compartilhar suas produções, transformando o desenho em uma experiência significativa de aprendizagem.

Outro aspecto fundamental é a escuta sensível do educador. Muitas vezes, os desenhos expressam sentimentos, desejos e interpretações da realidade que ainda não podem ser verbalizados. Para Wallon (2007), emoção e cognição são dimensões indissociáveis do desenvolvimento, reforçando a necessidade de acolher as produções infantis sem comparações ou julgamentos estéticos.

Além da mediação cotidiana, destaca-se a importância da formação continuada dos professores. Apesar dos avanços nas pesquisas sobre infância e arte, ainda são frequentes práticas baseadas em moldes e desenhos estereotipados, que restringem a criatividade infantil. Lowenfeld e Brittain (1977) alertam que a reprodução de modelos limita a expressão individual e reduz as possibilidades de criação.

Nesse contexto, a formação continuada favorece a resignificação das práticas pedagógicas e o desenvolvimento de propostas mais coerentes com os direitos das crianças. Conforme afirma Nóvoa (1995, p. 25): "a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente da identidade profissional."

Desse modo, a valorização do desenho livre depende não apenas do conhecimento teórico sobre o desenvolvimento infantil, mas também da reflexão permanente do professor sobre sua prática, possibilitando experiências que respeitem a criatividade, a expressão e o protagonismo das crianças.

2.3 O desenho livre nas orientações da Base Nacional Comum Curricular

A valorização das múltiplas linguagens constitui um dos princípios da Educação Infantil na legislação brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece que as crianças aprendem por meio das interações, das brincadeiras, da exploração, da imaginação e de diferentes formas de expressão, entre elas o desenho.

Os seis direitos de aprendizagem — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — dialogam diretamente com o desenho livre, pois essa prática favorece a expressão de ideias, a exploração de materiais, a participação em experiências coletivas e a construção de conhecimentos sobre si e sobre o mundo.

Conforme estabelece a BNCC: "As crianças constituem sua identidade pessoal e coletiva nas interações e brincadeiras, nas quais experimentam, narram, questionam, constroem sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (Brasil, 2018, p. 38). Essa orientação evidencia que o desenho deve integrar as experiências cotidianas da Educação Infantil, e não ser tratado como uma atividade complementar.

Os Campos de Experiência, especialmente "Traços, sons, cores e formas", reforçam a necessidade de proporcionar às crianças o contato com diferentes materiais, suportes e técnicas, valorizando a experimentação e a livre criação. Mais importante que o produto final é o processo vivido, marcado pela curiosidade, pela investigação e pela expressão pessoal.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil também orientam que as práticas pedagógicas promovam criatividade, ludicidade, sensibilidade e liberdade de expressão. Nesse contexto, cabe ao professor organizar tempos, espaços e materiais que favoreçam a autoria infantil, evitando propostas excessivamente dirigidas.

Além disso, o desenho livre possibilita a integração entre diferentes Campos de Experiência, articulando linguagem, literatura, matemática, natureza, música e brincadeiras em propostas interdisciplinares. Ao registrar histórias, vivências ou descobertas, a criança amplia suas formas de comunicação e fortalece seu protagonismo.

Assim, a inserção do desenho livre na rotina da Educação Infantil requer planejamento intencional, mediação qualificada e formação docente contínua, contribuindo para práticas pedagógicas que respeitem a criatividade, a autonomia e o direito da criança de se expressar por meio das múltiplas linguagens.

2.4 Práticas pedagógicas que valorizam a criatividade, a imaginação e a autoria infantil

Promover experiências significativas com o desenho livre implica compreender que a criança aprende por meio da experimentação, da exploração e da interação com diferentes linguagens. Nesse contexto, o planejamento pedagógico deve utilizar o desenho como instrumento de investigação, comunicação e construção do conhecimento, e não apenas como atividade de preenchimento do tempo ou produção de registros.

Para isso, o professor deve organizar ambientes que estimulem a curiosidade, oferecendo diferentes suportes e materiais, como papéis, tecidos, madeira, tintas, giz, carvão e elementos da natureza. Essa diversidade amplia as possibilidades de criação e favorece a expressão infantil.

Segundo Barbosa (2012), a aprendizagem artística ocorre quando a criança investiga, cria, aprecia e atribui significados às suas produções. Assim, práticas como desenhar após a leitura de histórias, registrar descobertas, ilustrar músicas ou representar brincadeiras integram diferentes áreas do conhecimento e fortalecem o protagonismo infantil.

O desenho livre também contribui para o desenvolvimento da oralidade, pois, ao explicar suas produções, a criança organiza ideias, amplia o vocabulário e desenvolve habilidades comunicativas, articulando linguagem verbal e expressão gráfica.

Outra estratégia importante é a criação de espaços permanentes para a produção artística, como ateliês e cantos de arte, que favorecem a autonomia e a livre escolha dos materiais. Essa organização aproxima-se da abordagem de Reggio Emilia, que compreende a criança como sujeito competente e produtora de cultura. Nessa perspectiva, Malaguzzi (1999, p. 5) afirma: "a criança é feita de cem. A criança tem cem linguagens, cem mãos, cem pensamentos, cem maneiras de pensar, de brincar e de falar." A reflexão evidencia que o

desenho constitui uma das múltiplas linguagens por meio das quais a criança interpreta o mundo e constrói conhecimentos.

Além da organização dos espaços, é necessário repensar os processos de avaliação na Educação Infantil. Mais do que analisar o produto final, o professor deve valorizar o percurso da criança, utilizando observações, registros, portfólios e documentação pedagógica para acompanhar seu desenvolvimento.

Desse modo, valorizar o desenho livre significa reconhecer a criança como protagonista de sua aprendizagem, garantindo oportunidades de criar, imaginar, investigar e comunicar-se por meio de uma linguagem própria. Essa perspectiva fortalece práticas pedagógicas comprometidas com uma educação humanizadora, inclusiva e respeitosa às singularidades da infância.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, constata-se que o desenho livre constitui uma importante forma de expressão da infância, permitindo que a criança comunique pensamentos, sentimentos, experiências e interpretações sobre o mundo. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que essa linguagem favorece o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, social e cultural, contribuindo para a criatividade, a imaginação, a autonomia e a construção do pensamento simbólico.

As importantes contribuições de Vygotsky, Piaget, Wallon, Lowenfeld, Luquet, Ana Mae Barbosa, Paulo Freire, Nóvoa e Malaguzzi reforçam que o desenho infantil deve ser compreendido como uma linguagem e uma manifestação legítima do desenvolvimento humano, não se restringindo à reprodução de modelos ou ao preenchimento de atividades padronizadas.

Dessa forma, evidenciou-se que práticas fundamentadas no desenho livre favorecem aprendizagens mais significativas, estimulam a criatividade, fortalecem a autonomia e ampliam as possibilidades de comunicação das crianças. Nesse contexto, o professor assume papel essencial como mediador, organizando ambientes, oferecendo materiais diversificados e valorizando as produções e narrativas infantis.

Outro ponto importante evidenciado foi a análise da Base Nacional Comum Curricular e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil demonstrando que a valorização das múltiplas linguagens constitui um direito da criança e deve orientar o planejamento pedagógico, promovendo práticas educativas mais inclusivas e significativas.

Dessa forma, destaca-se que a consolidação dessas práticas depende da formação continuada dos professores, favorecendo a reflexão sobre o fazer pedagógico e a construção de experiências que respeitem a criatividade, a autoria e o protagonismo infantil. Conclui-se que o desenho livre deve ocupar lugar de destaque na Educação Infantil, sendo compreendido como linguagem, direito da criança e instrumento fundamental para o desenvolvimento integral e para a construção de aprendizagens significativas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LOWENFELD, Viktor; BRITAIN, W. Lambert. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- LUQUET, Georges-Henri. **O desenho infantil**. Porto: Livraria Civilização, 1969.
- MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança**. Reggio Emilia: Reggio Children, 1999.
- NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VYGOTSKY, Lev S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.
- WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.